

História da Literatura Brasileira: do princípio ao precipício

Livia Penedo Jacob^{1*} 

Roberto Acízelo de Souza² 

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - Brasil

² Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) - Brasil

*Autor de correspondência: pjlivia@gmail.com

RESUMO

Se gramática, retórica e poética constituíram as primeiras disciplinas destinadas a estudar certos aspectos especificáveis das práticas linguísticas, surge, no século XIX, um novo campo do saber dessa área, chamado história da literatura. No Brasil, a partir de meados daquele século, a disciplina literatura brasileira, concebida em chave historiográfica, passa a figurar nos currículos escolares, e sucessivamente vão sendo publicados livros para apoio ao seu ensino. *De Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne* (1863), de Ferdinand Wolf, à *História concisa da literatura brasileira* (1970), de Alfredo Bosi, essas obras marcaram forte presença nos meios acadêmicos. Na passagem do século XX ao XXI, contudo, a história literária passa a sofrer a concorrência da teoria da literatura e pouco depois dos estudos culturais, o que é correlativo da queda de interesse pelos grandes tratados de história da literatura brasileira.

PALAVRAS-CHAVE:

Estudos literários
Brasil
Historiografia literária
Compêndios

SUBMETIDO: 10 de maio de 2025 | **ACEITO:** 26 de maio de 2025 | **PUBLICADO:** 31 de outubro de 2025
© fólio - revista de letras 2025. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

1. A linguagem verbal, desde que o domínio das técnicas de escrever e ler foi reconhecido como o centro da organização das sociedades ocidentais e da formação dos indivíduos, inscreveu-se nos quadros da educação formal. Daí ter dado origem a disciplinas, isto é, a métodos de ensino destinados a tratar de aspectos mais ou menos especificáveis na complexidade das práticas linguísticas. Gramática, retórica e poética constituem as primeiras disciplinas instituídas com esses objetivos, sendo difícil - e provavelmente ocioso - estabelecer nesse conjunto precedências históricas. Melhor distingui-las, pois, mediante o ângulo pelo qual cada uma delas se ocupa com os usos idiomáticos.

Enquanto a gramática prescreve regras para a correção, a retórica estabelece preceitos para a eficácia comunicativa, cabendo à poética sistematizar os dispositivos aptos a transformar processos verbais em objetos estéticos. Trata-se, assim, de três saberes intimamente relacionados, mas cujos pontos de vista nem sempre guardam perfeita harmonia. Para exemplificar, um discurso pode ser considerado correto pela gramática, mas impugnado pela retórica por déficit na clareza ou na força de persuasão, ou considerado incolor, sem graça, deselegante, se o critério for o da poética. Um erro gramatical, portanto, pode vir a ser um acerto retórico e poético, e, como tal, promovido de simples erro ao que essas duas disciplinas capitulam no rol do que chamam figuras e tropos. Retórica e poética, por sua vez, também podem divergir: um texto obscuro será condenado pela retórica, por ineficaz na comunicação, e exaltado pela poética, que preza efeitos de sentido ambíguos, vagos ou misteriosos.

A consolidação das práticas correlativas de escrever e ler teve como resultado natural a proliferação de textos, e daí a necessidade primeiro de conservá-los, logo, de classificá-los para consultas e, finalmente, no caso daqueles mais antigos, de interpretá-los, reconstituí-los e reproduzi-los em novas edições, geralmente comentadas. Esse conjunto de ações – armazenar, ordenar, reconstituir, explicar e editar textos mantidos em acervos – estruturou uma nova disciplina da linguagem, que veio a chamar-se filologia.

Essas disciplinas antigas dos discursos – chamemo-las assim, porque adiante trataremos das disciplinas modernas –, conaturais, como vimos, dos sistemas de ensino, se materializaram não somente nas aulas de seus professores, mas em livros de destinação didática, ditos manuais, compêndios, tratados. Para ficarmos no âmbito da língua portuguesa, basta referirmos alguns poucos exemplos representativos dessas obras: *Gramática da língua portuguesa* (João de Barros; 1539-1540), *Compêndio retórico* (Bento Rodrigo Pereira de Sotomaior e Meneses; 1794) e *Arte poética* (Cândido Lusitano; 1748). Salvo melhor pesquisa, não nos consta existir, pelo menos no nosso idioma, obras de sistematização e destinação didático-pedagógica semelhantes no campo da filologia, o que se explica, talvez, pela índole meramente prática dessa disciplina, refratária que é ao caráter especulativo e teórico das demais três matérias que com ela partilham o condomínio da linguagem verbal.

2. Essas disciplinas antigas, e com elas os livros publicados para apoio ao seu ensino, atravessaram séculos. Concebidas na Antiguidade, seu prestígio acadêmico se manteve no período helenista, na Idade Média, no Renascimento, declinando apenas a partir de meados do século XVIII. Por uma multiplicidade de fatores que não caberia enumerar e analisar aqui, a partir de então elas começam gradualmente a perder a hegemonia. Num arrojo de síntese, digamos que o determinante principal desse processo foi o abandono gradual da concepção segundo a qual a prática das letras se dava numa espécie de eterno presente: o correto e o errado na linguagem não mudavam, o mesmo valendo para as chamadas figuras e tropos, para os gêneros, enfim, para todas as categorias orientadoras do ofício dos escritores e das diretrizes para as avaliações de mérito de suas obras por parte dos críticos.

No entanto, que mudavam, mudavam, embora num ritmo lento e que só se daria a perceber a longo prazo, a ponto de as disciplinas antigas terem arrastado uma sobrevida renitente durante todo o século XIX. Assim, a remodelação do campo das letras, cujos primeiros sinais se encontram no Setecentos, não se pode tachar de revolucionária, diferentemente do que ocorreu na área da política, cujo emblema, aliás, será a revolução francesa. De qualquer modo, embora a percepção das mudanças não seja obra exclusiva do século XVIII (quem não se lembra do passo camoniano: “Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades, / Todo o mundo é composto de mudanças [...]”?), o fato é que a agudização delas – mais nos planos político, social e econômico do que no literário – favorece a consciência de que tudo é contingente no mundo sublunar, e não só na sociedade, mas até mesmo na natureza. Não há, então, segundo a conclusão que se impõe, um eterno presente, mas um presente que se julga continuação aperfeiçoada do passado e esboço de um futuro no qual tudo terá enfim alcançado a própria perfeição. Ora, chamou-se *história* a essa atividade intelectual dedicada a perquirir o fluxo contínuo do tempo, a fim de, por um lado, descrever, reconstituir e compreender o passado, bem como, por outro, prefigurar o relevo distante do futuro. A valorização acadêmica dessa atividade daria margem à proliferação de pesquisas históricas pretendentes a se estabelecerem como disciplinas autônomas: história da filosofia, história natural, linguística histórica, e assim por diante, e, claro, o que nos interessa aqui, história da literatura.

A emergência dessa disciplina provoca uma guerra civil de baixa intensidade no campo dos estudos literários, que tende a reconcebê-lo, ou, pelo menos, a rever a partilha desse condomínio. Como já antecipamos, excluindo a gramática – que acabou se restringindo à descrição formal das estruturas das línguas, alheando-se de questões literárias *stricto sensu* – e a filologia – que persistiu na sua vocação de técnica neutra e não especulativa –, as disciplinas antigas não se renderam facilmente ao assalto da história da literatura. Assim, por muito tempo ainda permaneceriam nos currículos escolares, com seus respectivos livros didáticos, disputando um espaço que, no entanto, cada vez mais se restringia, ao passo que ia sendo ocupado por sua concorrente moderna, a história da literatura. Nesse ponto, vamos sair das generalidades, exemplificando essa luta discursiva com o caso brasileiro, assinalando, porém, que ele não destoia do que se passou nas grandes tradições linguístico-literárias ocidentais.

3. Nas escolas do Brasil, até por volta dos anos 1850, as disciplinas literárias que integravam os currículos eram a retórica e a poética. Seu ensino tinha por base materiais bibliográficos especializados, compostos com finalidades didático-pedagógica, dentre os quais podemos citar alguns dos mais constantemente adotados: *Lições elementares de eloquência nacional* (Francisco Freire de Carvalho; 1834), *Lições elementares de poética nacional* (Francisco Freire de Carvalho; 1840), *Nova retórica brasileira* (Antônio Marciano da Silva Pontes; 1860), *Postilas de retórica e poética* (Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro; 1872), *Compêndio de retórica e poética* (Manuel da Costa Honorato; 1879), *Lições de retórica* (José Maria Velho da Silva; 1882).

No entanto, em torno de 1860, uma disciplina debutante, a história da literatura brasileira, começa a ser contemplada nos currículos, ao mesmo tempo que vão surgindo livros para subsidiar o seu ensino. O primeiro deles – *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne* (1863) – apresenta particularidades que bem documentam o caráter incipiente da institucionalização da disciplina, assim como, correlativamente, a escassez de fontes à época para seu estudo: de autoria do filólogo austríaco Ferdinand Wolf, que esteve no Brasil sob os auspícios de D. Pedro II, foi publicada em Berlim, em tradução francesa de um original alemão de que não se tem notícia,

tornando-se livro-texto de literatura brasileira no Imperial Colégio de Pedro II, de 1879 até, segundo o que se pode apurar na documentação, 1891.¹

Mas o confronto institucional entre as disciplinas antigas – retórica e poética – e a moderna – história da literatura brasileira – resolveu-se pela vitória desta, como, aliás, era de esperar, “pela ordem natural das coisas”, digamos assim. De fato, se tomarmos por base os sucessivos currículos anuais do Colégio Pedro II – modelo, conforme a legislação educacional do Império, a ser observado pelos estabelecimentos escolares das províncias –, conservados nas publicações intituladas “Programas de ensino” pertencentes ao acervo daquela instituição, constatamos que, a partir de 1892, já não se ensina mais retórica e poética, mas somente literatura nacional e literatura geral – entenda-se, respectivamente, história da literatura brasileira e história das demais grandes tradições literárias antigas e modernas. Não se falaria mais em Freire de Carvalho, Silva Pontes, Fernandes Pinheiro, Costa Honorato, Velho da Silva e em suas até então prestigiosas obras didáticas; o autor da hora será Sílvio Romero, cuja *História da literatura brasileira* (1888) foi adotada no Colégio Pedro II a partir de 1892, inaugurando assim a hegemonia da literatura nacional na educação literária ministrada em nosso país. Esse estado de coisas perduraria por muitas décadas, conforme podemos verificar consultando a documentação mencionada – os “Programas de ensino” do Colégio Pedro II –, que, como vimos, embora de uma instituição específica, são na verdade representativos de práticas pedagógicas nacionais. O período coberto por eles se estende de 1850 a 1949, com poucas lacunas, exceção feita para a ausência de dados relativos ao intervalo que vai de 1935 a 1948, constituindo esse material, pois, fonte bastante rica e fidedigna para nossa análise.

4. O ensino de literatura brasileira, sob a forma de sua história, não sofre solução de continuidade, da década de 1860 à de 1940, na condição de matéria específica do currículo escolar ou figurando como parte dos conteúdos da disciplina língua portuguesa. Embora não haja nos “Programas de ensino” referência a livros adotados de 1906 a 1911, é de supor, como em 1926 e 1927 a *História da literatura brasileira* de Sílvio Romero é indicada, que essa obra tenha continuado a reinar nessa condição, desde sua adoção inicial, em 1892,

¹ Esse livro só foi traduzido do francês para o português em 1955, visando a atender, naturalmente, não mais ao público escolar, mas ao interesse de especialistas universitários.

até 1927. No entanto, de 1926 a 1934, juntamente com ela outro livro-texto é referido para apoio ao ensino da disciplina: *Pequena história da literatura brasileira* (1919), de Ronald de Carvalho. Acrescente-se que, de 1928 a 1934, Sílvio Romero se mantém nos “Programas de ensino”, porém mediante uma redução didática de sua *História*, intitulada *Compêndio de história da literatura brasileira*, elaborada em parceria com João Ribeiro, seu colega de magistério no Colégio Pedro II, e publicada em 1906.

Em síntese, verifica-se que, de 1892 a 1934, literatura brasileira, no sistema escolar nacional, conservou-se como disciplina obrigatória dos currículos, e seu ensino se manteve baseado em obras de síntese historiográfica, entre as quais, principalmente, a *História da literatura brasileira*, de Romero, o *Compêndio de história da literatura brasileira*, de Romero/Ribeiro, e a *Pequena história da literatura brasileira*, de Ronald de Carvalho. Uma outra *História da literatura brasileira*, a de José Veríssimo, publicada em 1916, é bem possível que também tenha marcado presença nessa época na bibliografia colegial, embora sem ter obtido, por razões que desconhecemos, as honras de livro-texto, pelo menos no prestigioso Colégio Pedro II.

A partir dos anos 1930, com a instalação dos primeiros cursos superiores de letras no Brasil, dado que a matéria literatura brasileira, como é natural, foi incluída pela legislação como componente curricular desses cursos, os livros de história literária nacional, até então destinados ao nível do que chamamos hoje ensino médio, tornaram-se material bibliográfico circulante no meio universitário.² A perspectiva historicista do estudo literário continuou praticamente absoluta, e prosseguiram pontificando as obras de Sílvio Romero, Ronald de Carvalho e José Veríssimo, às quais se junta, entre outras de menor importância, a *Histórias da literatura brasileira* de Néelson Werneck Sodré, publicada em 1938.

Na década de 1950, o prestígio universitário da história literária nacional permanece vigoroso, não só pelo amplo espaço que continuou sendo reservado à disciplina nos currículos, mas também pelo lançamento de títulos novos que

² A partir de então, tem início uma produção bibliográfica na área destinada especificamente a atender ao ensino médio – cursos clássico, científico e normal –, mediante volumes dedicados a cada uma das três séries daquele nível escolar. São exemplos desses materiais didáticos *Compêndio de língua e literatura* (Sílvio Elia e Jeanete Budin; 1951-1953) e *Português no colégio* (Raul Moreira Lélis; 1963).

se propunham revitalizá-la: *História da literatura brasileira* (1954), de Antônio Soares Amora, *A literatura no Brasil* (1955-1959), organizada por Afrânio Coutinho, e *Formação da literatura brasileira* (1959), de Antônio Cândido. Essas obras, não obstante suas diferenças, tinham em comum o empenho de adotarem conceitos sintonizados com metodologias literárias em processo de definição desde o início do século XX. Assim, dispensavam maior atenção analítica à forma dos textos estudados, no que se afastavam relativamente de suas predecessoras, mais interessadas nos contextos – biográficos, físico-geográficos, sociais, econômicos –, conforme o modelo de historiografia literária consagrado no Oitocentos. Em função disso, bem recebidas no ambiente acadêmico, deixaram em segundo plano os tratados de Sílvio Romero, Ronald de Carvalho e José Veríssimo, e mesmo o de Néelson Werneck Sodré, que se voltava, como diz seu subtítulo, para os “fundamentos econômicos” da literatura brasileira.

5. O historicismo em matéria de estudos literários, no entanto, notoriamente hegemônico desde fins do século XIX, começa a dar sinais de enfraquecimento nos anos 1960. Nessa época, uma nova disciplina moderna das letras inicia seus primeiros passos em direção a institucionalizar-se. Sob o nome de teoria literária, já vemos seus conteúdos registrados no último dos “Programas de ensino” da série preservado na documentação que estudamos, o de 1949. Assim, a disciplina passou a ser ensinada, na década de 1950, nos níveis médio e universitário, e neste tornou-se parte do currículo por força da legislação nacional que reformulou os cursos de letras em 1962.

No campo dos estudos literários, a teoria da literatura é uma realização histórica modernista, isto é, foi-se configurando como disciplina aspirante à especificidade no início do século XX, sistematizando-se por volta da década de 1950. Assim, as orientações que nela se combinaram e ganharam feição sistemática – formalismo eslavo, estilística, *new criticism* anglo-norte-americano – propunham certo conceito de literatura identificado com as concepções lançadas pelas diversas vanguardas literárias, que, no início do século passado, não obstante suas divergências, tinham em comum o princípio de que as obras literárias consistiriam sobretudo em textos de natureza estética, isto é, em objetos verbais cujo autocentramento se sobreporia a suas eventuais propriedades referenciais. A disciplina proporia, portanto, caminhos

alternativos para estudar a literatura – em termos de fundamentos conceituais e metodológicos – relativamente à história da literatura. Assim, se considerarmos a teoria da literatura como disciplina modernista, devemos considerar sua antecedente oitocentista – a história da literatura – uma disciplina romântico-realista.³

No entanto, assim como o século XIX foi marcado pela disputa de espaço acadêmico entre retórica/poética e história da literatura, na segunda metade do século XX – sobretudo, no caso brasileiro, o período que se estende mais ou menos de 1960 a 1985 –, o confronto se deu entre a história da literatura e a teoria da literatura. E, nessa batalha entre a tradição e a novidade, a exemplo do conflito anterior, embora esta tenha prevalecido sobre aquela, o fato é que a tradição não abandonou completamente o campo. Assim, não obstante a teoria da literatura ter conquistado considerável território na partilha dos currículos universitários, a história literária nacional não desapareceu de cena. Conservou sua importância, tanto que, em 1970, mais um tratado acadêmico da disciplina tenha sido publicado, e aliás destinado a um êxito editorial sem precedentes, pois em 2015 atingia sua quinquagésima edição: referimo-nos à *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi. Obras do gênero que a sucederam, no entanto, independentemente do mérito que possam ter – *De Anchieta a Euclides* (José Guilherme Merquior; 1977), *História da literatura brasileira* (Massaud Moisés; 1983-1989) e *A literatura brasileira: origens e unidade (1500-1960)* (José Aderaldo Castello; 1999) –, nem de longe repetiram a trajetória exitosa de suas antecessoras, quer sejam as de feição oitocentista – Romero, Veríssimo, Ronald de Carvalho, Sodré –, quer suas revitalizações novecentistas – Amora, Coutinho, Antônio Cândido. Assim, no itinerário da famosa *História concisa* parece haver aquele brilho intenso e final que nos encantam em certos crepúsculos.

6. A teoria da literatura, por sua vez, começou a anoitecer lá pelos anos 1990. Assim como a história da literatura brasileira, também contou com livros de apoio ao seu ensino, a começar pelo *Teoria da literatura*, de René Wellek e Austin Warren, publicado originalmente em inglês, em 1949, e em tradução portuguesa no ano de 1962. Comparados com os tratados de história literária nacional, foram eles, porém, menos longevos, uma vez que seu prestígio

³ A retórica e a poética, por sua vez, são disciplinas antigas, ou clássicas.

acadêmico mal se sustentou por duas décadas. De fato, na virada do século XX para o XXI, na área dos estudos literários, as obras de propósitos panorâmicos e sistemáticos, tanto de teoria como de historiografia literárias, tornam-se objeto de restrições críticas, no contexto intelectual mais amplo de contestação da autoridade das chamadas “grandes narrativas”.

Nesse momento, nos currículos universitários para a formação em letras, essas duas disciplinas modernas da área passam a sofrer a concorrência não propriamente de uma nova disciplina, mas do que poderíamos chamar um complexo multidisciplinar, que se tem nomeado com a expressão estudos culturais. Segundo essa perspectiva, não interessa mais descrever diacronicamente uma cultura literária como projeto de autorrealização de uma originalidade nacional, nem tampouco de conceber a literatura como conjunto sincrônico de obras escritas dotadas de propriedades estéticas. Em vez disso, trata-se de ampliar a esfera do literário, ou de ultrapassá-la inteiramente, mediante a legitimação de novos objetos – composições orais e linguagens híbridas as mais diversas –, a ampliação do cânone com obras representativas de segmentos sociais não hegemônicos – de gênero, etnia, região –, ou ainda por meio de releituras de obras canônicas sob a ótica desses mesmos segmentos.

Ora, interesses de conhecimento assim tão heterogêneos, de inventário praticamente inviável, mostram-se por natureza refratários a apreensões totalizantes, como aquelas disponibilizadas pelos tratados, compêndios ou manuais de teoria e de história literária, cuja data de validade parece vencida. Que materiais de apoio ao ensino de literatura hão de substituí-los, eis uma questão que resta definir.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-lei n.º 1.190, de 04/04/39. Disponível em: <E:\Documentos\Legislação currículo\Decreto lei 1.190 Faculdade de Filosofia 1939.mht>. Acesso em: 1 out. 2012.
- BRASIL. Decreto-lei n.º 9.092, de 26/04/46. Disponível em: <E:\Documentos\Legislação currículo\Decreto lei 9.092 Faculdade de Filosofia 1946.mht>. Acesso em: 1 out. 2012.
- CONSELHO Federal de Educação. Parecer n.º 283/62, de 19/02/62. In: DOCUMENTA n.10/62. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Conselho Federal de Educação, 1962. p.81-82.
- PROGRAMAS de ensino do Colégio Pedro II/Ginásio Nacional. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói, RJ: Eduff, 1999. p.157-197.
- PROGRAMAS de ensino do Ginásio Nacional/Colégio Pedro II. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj; Niterói, RJ: Eduff, 1999. p.199-229.

History of Brazilian Literature: from dawn to dawn

ABSTRACT

Since grammar, rhetoric and poetics were the first disciplines designed to study certain aspects of linguistic practices, a new field of knowledge emerged in this area in the 19th century, called history of literature. In Brazil, from the middle of that century onwards, the discipline of Brazilian literature, conceived in a historiographical key, began to appear in school curricula, and books were successively published to support its teaching. From *Le Brésil littéraire: histoire de la littérature brésilienne* (1863), by Ferdinand Wolf, to *História concisa da literatura brasileira* (1970), by Alfredo Bosi, these works had their importance acknowledged in academic circles. At the turn from the 20 to the 21st century, however, literary history began to face literary theory and shortly after cultural studies, which is correlated with the decline in interest in the great treatises on the history of Brazilian literature.

KEYWORDS:

Literary studies
Brazil
Literary historiography
Text-books

SUBMETIDO: 10 de maio de 2025 | **ACEITO:** 26 de maio de 2025 | **PUBLICADO:** 31 de outubro de 2025
© fólio - revista de letras 2025. Licença/Licence: [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
